

Luiz F. Nunes da Silva

O Imposto Seletivo



Critérios constitucionais
de legitimidade

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2027

Sumário

Prefácio	VII
1 A pergunta que ninguém fez	1
<i>A lista, o silêncio e o espaço entre a autorização e a legitimidade</i>	
2 Por que o Estado tributa o que faz mal?	13
<i>Externalidades, internalidades e o que a economia exige de um imposto que se diz corretivo</i>	
3 O que a história ensina sobre impostos que corrigem?	25
<i>Do fumo colonial ao carbono: a linhagem brasileira e os desenhos que envelheceram bem — e mal</i>	
4 O que acontece quando o desenho falha?	43
<i>França, Colômbia e a pergunta que os tribunais já responderam — em sentidos opostos</i>	
5 Quando a Constituição deixa graduar por nocividade?	57
<i>O primeiro critério: nocividade que se demonstra, não que se declara</i>	
6 Como um imposto corretivo não vira cascata?	69
<i>O segundo critério: a incidência no lugar que a própria justificativa aponta</i>	
7 Quanto é proporcional?	85
<i>O terceiro critério: a medida entre o dano invocado e o ônus imposto</i>	

8 Quem paga, de fato, o imposto que corrige?	97
<i>Incidência jurídica, incidência econômica e a regressividade que o desenho decide</i>	
9 Como impedir que o imposto se corrompa no tempo?.....	111
<i>O quarto critério: salvaguardas contra a erosão do propósito corretivo</i>	
10 A prova de fogo: e a cannabis?.....	125
<i>Os critérios sob pressão máxima — o mercado que a lista não nomeia</i>	
11 O critério aguenta o que a lei ainda não viu?	139
<i>Digital, inteligência artificial, apostas, ultraprocessados: o teste do futuro</i>	
12 Que litígios vêm por aí?.....	151
<i>As teses de contribuinte e de Fazenda, e o vácuo brasileiro de controle por desenho</i>	
13 O que o Imposto Seletivo ainda vai ser?.....	167
<i>Um número antes da lei — e as quatro perguntas que sobrevivem a ela</i>	
Referências Bibliográficas	179